

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO
DO ARRANJO PRODUTIVO DE CERÂMICA ARTESANAL DO
MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO-SE

PUBLICS POLICIES AND DEVELOPMENT LOCAL: THE CASE
OF THE CERAMIC SANTANA DO SÃO FRANCISCO-SE
MUNICIPAL DISTRICT

*Silvia Maria Santos Matos**

*Ricardo Oliveira Lacerda de Melo***

RESUMO

A carência de adequadas políticas de desenvolvimento atinge a maioria das localidades brasileiras, notadamente na Região Nordeste. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o apoio aos arranjos e sistemas produtivos localizados é identificado como uma importante alternativa na promoção local, visto que contempla ao mesmo tempo os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O presente artigo analisa como as ações de políticas vêm sendo implementadas pelas instituições de fomento ao desenvolvimento e pelo poder público no arranjo produtivo de artesanato ceramista do município de Santana do São Francisco, identificando especificamente os principais atores, a origem, o desenvolvimento e a organização da atividade. A principal conclusão mostra que a trajetória de desenvolvimento do arranjo aponta para a dificuldade de integração entre seus membros, fato que acontece em função de problemas que ocorreram em gestões passadas nas instituições de governança local, refletindo um baixo desenvolvimento da atividade e que os projetos que foram implementados, caracterizaram-se pela pontualidade das ações, sem, contudo, levar à promoção da localidade e dos que sobrevivem da atividade. As proposições de políticas indicam que é preciso a criação de uma estratégia integrada e específica que coordene todas as ações necessárias ao desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica de Santana do São Francisco.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais, Artesanato de Cerâmica, Políticas Públicas de Desenvolvimento Local, Santana do São Francisco-SE.

* Administradora, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

** Economista, doutor em Teoria Econômica – Universidade de Campinas (UNICAMP) e professor-adjunto da UFS.

ABSTRACT

The lack of development policies correct most of the cities in Brazil especially on the Northeast Region. In the perspective of sustainable development the support to productive systems and arrangements contemplate at the same time economic, social, cultural and environmental aspects. The present paper and the analyses haw an actions of the public it comes beig implemented four institutions of promotion to the development for to be able public no local productive arrangements the Santana do São Francisco, to identify its principal actors, the origin, development and organization of the activity. The main conclusion it shows that the trajectory of development of the arrangements points to the difficulty of integration among their members. It happens on account of the problems that took place in local government institutions refleting a low development of the activity and that the projects taht had been implemented are characterized for the pontualidade of actions, without, however taking the promotion of the locality and of that they survive of the activity. The propositions of policies indicate that it's necessary the establishment of an integrated and specific strategy that coordinates all the necessary actions to the development of the productive arrangements of ceramics on Santana do São Francisco.

Keywords: Local Productive Arrangements; Ceramics; Policies Public of the Local Development; Santana do São Francisco - SE.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de apoio aos arranjos e sistemas produtivos localizados são identificadas na literatura como uma importante alternativa na promoção do desenvolvimento de base local. Pois, quando organizados e estruturados, são capazes de proporcionar a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, agregando paralelamente a preservação ambiental e cultural, a dinamização socioeconômica com a geração de emprego e renda e a melhoria nas condições de vida da população, além de proporcionar uma adequada infra-estrutura dos serviços públicos e privados, articulados dentro de uma cadeia produtiva delimitada territorialmente.

As atividades desses arranjos podem ser realizadas de forma a considerar as potencialidades do local e a contemplar as necessidades de sua população, através da participação da comunidade e dos agentes produtivos, sensibilizando-os quanto à importância da cooperação, levando em conta as habilidades que a população possui, para que haja um bom desempenho no setor. O fundamental é definir estratégias que levem à obtenção de formas de eficiência coletiva.

A região do Baixo São Francisco sergipano é uma das mais carentes em termos de infra-estrutura e desenvolvimento. Na ausência de condições climáticas favoráveis, faz-se necessária a busca de soluções mais criativas. É preciso fortalecer a base de sustentação dos municípios, abrindo espaço para que o potencial de cada um deles seja trabalhado para produzir mais, desenvolver gerando renda e emprego e, acima de tudo, proporcionar melhoria nas condições de vida de sua população.

O município de Santana do São Francisco possui uma das atividades artesanais de maior representatividade de Sergipe, tanto sob o aspecto econômico como pela sua expressividade cultural. No entanto, sua população apresenta sérios problemas em sua qualidade de vida, infra-estrutura e um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do estado. Os rendimentos gerados no desenvolvimento da atividade não têm sido suficientes para proporcionar aos que dela sobrevivem, condições de vida adequada.

A cerâmica artesanal produzida no arranjo é responsável pela sobrevivência de grande parte da população da cidade, já que esta envolve toda a família no processo de produção, sendo a principal fonte de renda da população do município. Para desenvolver-se como um Arranjo Produtivo Local (APL) dinâmico, é necessário, além de fortalecer suas instituições de coordenação local, melhorando suas relações de cooperação e os processos de inovação, o apoio de políticas públicas adequadas que levem a potencializar o desenvolvimento da atividade.

Diante dessa situação, este artigo tem como principal objetivo analisar como estão sendo implementadas as políticas públicas no APL de cerâmica artesanal do município de Santana do São Francisco, tendo em perspectiva o desenvolvimento da referida atividade.

2. IMPORTÂNCIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS COMO UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os fatores locais constituem-se hoje cada vez mais em elementos vitais no fortalecimento e estruturação da economia. O apoio às aglomerações de empresas em arranjos ou sistemas produtivos é uma importante estratégia de desenvolvimento sustentável que permite não só dinamizar a economia local, gerando emprego e renda para a população como também promover a melhoria dos serviços públicos e privados articulados em uma cadeia produtiva.

Porter (1999) utiliza o conceito de *cluster* para definir agrupamentos de empresas de determinado setor de atividade, concentrados geograficamente em uma localidade. Nesse sentido, Rosenfeld (apud AMARAL FILHO et al., 2002) coloca que essas aglomerações de empresas são ligadas por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas.

Segundo Pyke et al (apud AMARAL FILHO et al., 2002, p. 7) qualquer definição de aglomerações produtivas não está livre de controvérsia, para esses autores um *cluster* ou sistema produtivo local é “caracterizado por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios, e em várias vias, na produção de um produto homogêneo”.

Cassiolo e Lastres (2001) afirmam que os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que envolvem a participação e interação de empresas, fornecedores, clientes, as diversas associações de representação, além de instituições públicas e privadas de apoio à atividade.

A principal característica dos arranjos e sistemas produtivos locais é a maneira como eles se reúnem e se organizam no território. O êxito econômico dessas aglomerações decorre de uma organização social e econômica eficaz, baseada, principalmente, em pequenas empresas que estão vinculadas entre si e que obedecem a princípios definidos. É a existência dessas fortes redes de pequenas empresas que, através da especialização combinada à flexibilidade, promovem a capacidade coletiva do arranjo produtivo.

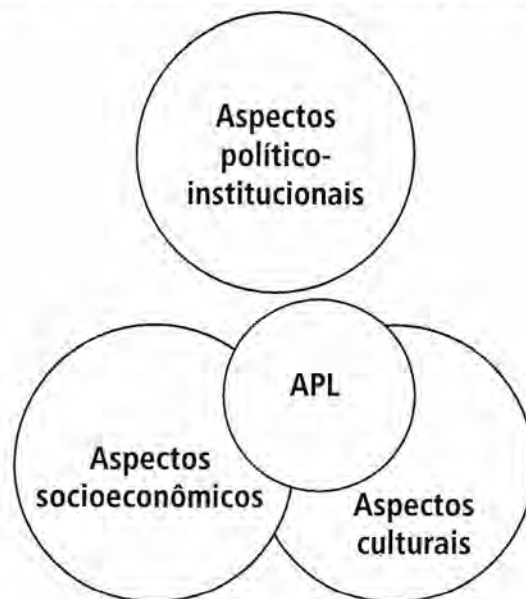
A aglomeração de empresas em arranjos produtivos propicia a interação entre elas e estimulação à inovação, em uma dinâmica de aprendizado. Caracterizam-se pela crescente capacidade de interagir e de inovar os processos numa dinâmica de aprendizado.

O resultado dessa sinergia é o fortalecimento da base de conhecimento entre as pessoas, que leva ao aumento de uma consciência coletiva, necessária para governar a complexidade do processo de desenvolvimento do arranjo produtivo. Nesse sentido, Cassiolo e Lastres (2001) comentam que o aprendizado “envolve a criação de conhecimento tácito e codificado no que se refere não apenas às características técnicas da produção e da inovação, mas também ao conhecimento relativo à como e por que realizar buscas em determinadas direções, incluindo o conhecimento de pessoas-chave dentro de redes relevantes”.

A concepção dos Arranjos Produtivos Locais (APL) vai além do aspecto somente econômico, sua dimensão e valor envolve um conjunto socioeconômico, cultural e político-institucional dos elementos intrínsecos dessa abordagem. A figura abaixo demonstra a interconexão desses aspectos.

FIGURA 1

Dimensões que interagem no desenvolvimento dos arranjos e sistemas produtivos locais



Fonte: Adaptação de Molina (2000).

A organização de um sistema produtivo representa uma nova maneira de conceber o funcionamento da empresa, em oposição aos modelos tradicionais. Este modelo supõe um aglomerado de pequenas e médias empresas funcionando de maneira flexível e estreitamente integrada entre elas e ao ambiente social e cultural.

Cassiolato e Lastres (2001) comentam que a organização de empresas em arranjos ou sistemas produtivos é comum em países desenvolvidos, porém, nos países em desenvolvimento deveria ser uma importante estratégia de desenvolvimento sustentável, visando fortalecer as culturas e economias locais, visto que essas, quando organizadas de forma equilibrada com adequada distribuição de renda, proporcionariam melhor qualidade de vida para a população local, além de valorizar o que é produzido como uma das formas de expressão do lugar.

De acordo com Amaral Filho (2002), no Brasil vários estados e municípios já adotam de alguma maneira a estratégia que valoriza o agrupamento de micro e pequenos empreendimentos, muitas vezes, disfarçada sob a terminologia de desenvolvimento local e sustentável. Apesar de algumas iniciativas do Governo Federal através dos

ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento e da Integração Nacional a favor das estratégias voltadas para a promoção dos arranjos e sistemas produtivos locais, estas são ainda muito tímidas, fazendo com que as iniciativas estaduais, denominadas pela lógica da concessão de subsídios fiscais, atraíam as médias e grandes empresas.

Uma característica própria dos arranjos e sistemas produtivos locais é que não podem ser criados de cima para baixo. O surgimento desses sistemas locais depende de um contexto geográfico, histórico e sociocultural que desenha os aspectos e peculiaridades específicas do lugar.

3. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O papel das políticas públicas e institucionais não é o de induzir em determinada localidade uma atividade econômica e sim o de proporcionar a criação da infra-estrutura adequada ao desenvolvimento das vocações locais. Segundo Cocco et al. (1999) não se restringe somente às infra-estruturas físicas e econômicas, mas principalmente uma estrutura social igualmente necessária à fluidez das relações produtivas. A junção das infra-estruturas (estradas, transportes, escolas de treinamento profissional, acesso a crédito, etc.) é imprescindível à ação empreendedora e à reprodução de um tecido socioeconômico dinâmico e equilibrado.

Entretanto, para se programarem políticas em um determinado arranjo produtivo local, é preciso entender sua dinâmica, não-somente conhecendo profundamente suas especificidades, mas também sua importância no setor que se insere e para a comunidade ou região da qual faz parte (CASSIOLATO E LASTRES, 2003).

Os mesmos autores colocam ainda que a relação harmônica entre economia e política deve preservar as condições particulares de funcionamento do sistema de pequenas empresas sem lhes isolar e, ao mesmo tempo, manter a coesão social, visto que uma sociedade mais diversificada e mais moderna só pode conseguir isso através da promoção da cultura e das funções políticas.

Porter (1999) comenta que é papel do Estado a promoção do desenvolvimento local, e um dos meios para atingir tal fim é através do fortalecimento de setores produtivos característicos de determinada localidade por meio do aprimoramento e estruturação de sistemas produtivos, visto que estes contemplam as regiões de modo mais abrangente, além de incorporar amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento.

Cocco (1999) também enfatiza que as políticas voltadas para as pequenas e médias empresas devem ser pensadas não só como alternativas que visem exclusivamente à superação das dificuldades econômicas e sociais, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento local.

No entanto o que se vê, segundo Amaral Filho (1996), que no Brasil tem se destacado na articulação de promoção do desenvolvimento local a lógica do crescimento fácil, caracterizada por uma verdadeira guerra fiscal entre os estados, no sentido de criar condições para atração de investimentos, através, principalmente da renúncia fiscal do Estado sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em favor dos investidores hóspedes, com o intuito de se criarem novos postos de trabalho no setor privado.

O mesmo autor coloca ainda que o uso do mecanismo da renúncia fiscal como instrumento na promoção da economia local demonstra do ponto de vista sistêmico e estrutural a incoerência e a insustentabilidade das políticas socioeconômicas de desenvolvimento, visto que se cria um amontoado de empresas sem ligações orgânicas entre si e com o local, de modo que, quando as condições já não estiverem favoráveis a estas, desaparecerão, deixando muitas vezes na comunidade ou região condições mais precárias do que a de antes de sua instalação, visto que exploram os recursos naturais, se utilizam de mão-de-obra barata, não trazendo, portanto, benefícios nem para a população e nem para a economia local. Além disso, a renúncia fiscal praticada pelos estados encontra seus limites no agravamento de sua própria crise fiscal-financeira, comprometendo sua capacidade de investimento. Por isso que:

Na promoção do desenvolvimento de um território, a questão não está em privilegiar grandes empreendimentos industriais, mas sim em incentivar todos os programas e projetos que façam uso do potencial de desenvolvimento e realizam o ajuste sustentável do sistema econômico local, independentemente da ordem de grandeza dos investimentos envolvidos (BARQUERO, 2001, p. 209).

A política de desenvolvimento local deve, portanto, se converter em instrumentos de apoio à estruturação de arranjos e sistemas produtivos locais formados pelo agrupamento dos pequenos negócios, dentro de uma nova lógica de desenvolvimento local e regional, segundo a qual a prática tem sido a de buscar coerência entre território, atividades econômicas e aprendizagens locais (AMARAL FILHO, 2002).

Essa política de desenvolvimento deve ser motivadora da participação da sociedade local nos processos de desenvolvimento. Devem acima de tudo permitir que diversos grupos representem a sociedade local e desempenhem o papel de protagonistas e a responsabilidade de participar ativamente da definição e da aplicação das estratégias de desenvolvimento local.

Portanto, a essência da política econômica local está associada a uma abordagem de baixo para cima do desenvolvimento, na qual são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Em suas formas mais avançadas, os atores locais organizam-se formando redes, que servem de instrumento para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições, bem como para articular e conjugar iniciativas a fim de executar as ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local (BARQUERO, 2001).

Para que a política de desenvolvimento local seja eficiente, é conveniente que haja sinergia entre as ações dos atores e dos demais níveis institucionais e da comunidade. Para que isso seja possível, é preciso que se definam planos e pactos de acordo com o interesse comum de todos e que se disponha de instrumentos que favoreçam a aprendizagem e difundam o conhecimento através da interação entre os atores.

A experiência dos distritos e arranjos produtivos sugere vários pontos em que a ação do governo local poderia ser particularmente eficaz. Como, por exemplo, na coordenação social reunindo diferentes grupos de interesse para debater os problemas da região e elaborar programas de ação que intervenham ativamente nos processos de reestruturação produtiva, mantendo um grau de harmonia com as diversas representações locais, além da provisão de uma infra-estrutura de serviços necessários ao bom desempenho da atividade, como serviços financeiros, transporte, comunicação, educacionais entre outros (SENGENBERGER; PIKE, 1999).

As políticas de apoio à atividade devem ainda estabelecer como objetivos o aumento da competitividade do setor, a promoção do desenvolvimento sustentável, a geração de empregos a captação de divisas e o fomento ao desenvolvimento regional. É necessário que se incremente a competitividade sobre a base da definição e aparelhamento de políticas de sustentabilidade, que impliquem esforços para preservar, conservar e aproveitar os recursos naturais de modo produtivo e rentável, em benefício de uma melhoria nas condições de vida das populações residentes nos centros produtivos.

É importante enfatizar mais uma vez que o funcionamento de qualquer atividade produtiva, bem como a elaboração de políticas para seu desenvolvimento, deverá contemplar as dimensões da sustentabilidade, conforme as idéias de Sachs (1994):

- **Sustentabilidade socioeconômica** – A eficiência econômica da atividade deve ser avaliada em termos macrossociais, com a distribuição adequada da renda de modo a proporcionar prioritariamente o atendimento das necessidades básicas sociais da população envolvida, e não apenas visando um aspecto

estritamente econômico, em que predomina somente a relação entre produção e acumulação de capital, através da rentabilidade empresarial de caráter puramente econômico e excludente, que prolifera o subemprego entre os recursos humanos alocados e a exclusão da população das localidades em questão.

As políticas de desenvolvimento a serem programadas nas atividades econômicas deverão vincular em seu planejamento a distribuição dos benefícios sociais, contemplando investimentos nas atividades dos pequenos produtores locais, utilizando e capacitando a mão-de-obra existente, com o objetivo de proporcionar a geração de trabalho e renda entre os membros de determinada localidade, objetivando o aumento da produção e da riqueza social, através da autogestão dos processos produtivos.

A dimensão social deve ser considerada nas políticas voltadas para as atividades econômicas, em virtude de que nenhum plano ou projeto deva ser concebido sem a participação ativa dos atores locais diretamente envolvidos no processo.

Stroh (2001) coloca que a consideração única e exclusiva dos aspectos tecnológicos e econômicos nas políticas de desenvolvimento, em detrimento das variáveis socioculturais, tem levado a realidade das comunidades contempladas a apresentar respostas muito distantes daquelas registradas nos documentos de planejamento. As pessoas que recebem as intervenções econômicas têm uma realidade própria e os planos estabelecidos devem estar ajustados a essa realidade, e não o contrário, como tradicionalmente ocorre.

Ainda segundo a mesma autora, uma vez que as teorias asseguram que a sustentabilidade econômica está condicionada à capacidade de promoção das condições de vida, somente um profundo conhecimento da realidade social envolvida, permite o planejamento socioambiental das intervenções políticas, de acordo com as especificidades da realidade a ser transformada. O conhecimento adequado de determinada realidade social que receba a indução de um projeto de desenvolvimento permite que esses projetos desenvolvidos considerem, sobretudo, as pessoas que vivem aquela realidade.

Nessa linha de pensamento, Ferreira (1992) coloca que os programas de desenvolvimento orientados para a satisfação das necessidades humanas ultrapassam a racionalidade econômica convencional, porque se comprometem com um novo humanismo, necessários e urgentes diante dos problemas sociais existentes.

- **Sustentabilidade Espacial** – Consiste no fato de o funcionamento e/ou ações voltadas para as atividades produtivas estar sendo distribuídos de modo equitativo nas localidades, com base na análise de suas necessidades e definição de suas prioridades.
- **Sustentabilidade Cultural** – A sustentabilidade cultural relaciona-se com a capacidade de difundir a continuidade das diversas culturas, através da manutenção e respeito aos valores e práticas que nascem dentro das localidades, visto que nenhuma forma de desenvolvimento pode ser considerada como tal se vier de fora para dentro, ou seja, imposta por algum organismo externo, desconsiderando e desrespeitando dessa maneira a forma de viver de um povo.

Nesse sentido, Branco (1988), afirma que a cultura representa a personalidade de uma coletividade, resultante das características dos indivíduos que pertencem a determinado lugar.

- **Sustentabilidade Ecológica** – Refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo evitar o esgotamento dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas, através do uso prudente dos recursos naturais não renováveis, a fim de manter os sistemas de sustentação da vida e também das próprias atividades econômicas que garantem a sobrevivência das pessoas.

Acselrad (2001) comenta que a preservação do equilíbrio dos ecossistemas se constitui como um bem público e que só pode ser regulado na esfera política, à luz do interesse coletivo, através da participação ativa das pessoas das comunidades envolvidas.

Na estratégia de desenvolvimento local a partir do apoio aos arranjos produtivos locais, a consideração das dimensões da sustentabilidade tem importante papel na manutenção da diversidade ecológica e cultural, na definição coerente e equitativa das ações políticas, cujas medidas contemplem as localidades de acordo com suas necessidades específicas e na garantia das condições de sobrevivência das gerações atuais e futuras.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na pesquisa, investigaram-se as ações políticas que vêm sendo implementadas no arranjo produtivo local de cerâmica artesanal de Santana do São Francisco. Para tanto, foi necessário obter o conhecimento da atividade, considerando sua origem, desenvolvimento, principais atores e organização produtiva e institucional existente.

Para obtenção dos dados primários, foram realizadas entrevistas do tipo estruturadas, tanto para as informações quantitativas como também as qualitativas, que foram aplicadas aos que fazem parte da cadeia local de produção, incluindo os produtores, os representantes das instituições locais de apoio e com os gestores de políticas voltadas para o artesanato, de modo a captar as percepções dos artesãos e de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com a atividade quanto à organização, condições socioeconômicas em que vivem, e o apoio político e institucional necessário para o desenvolvimento do referido arranjo produtivo.

Entre os que fazem parte da cadeia produtiva local foram entrevistados os “artesãos”, responsáveis diretos pela produção do arranjo. Nas instituições de coordenação local do arranjo, foram entrevistados os presidentes da associação de artesãos ceramistas e o da cooperativa. Também no nível local foi entrevistado o prefeito municipal, além de conversas informais com alguns vereadores do município.

Nas instituições públicas e de apoio empresarial, foram realizadas entrevistas, também estruturadas, na Secretaria de Estado de Ação Social e Combate à Pobreza, com a coordenadora do Programa de Artesanato do Estado (PROARTE), responsável pelo gerenciamento do artesanato no estado. Ainda no nível estadual de apoio, foi realizada entrevista no Projeto Nordeste Sergipe (PRONESE), pelo fato de esse programa apoiar atividades produtivas, com recursos do Banco Mundial (BIRD). A entrevista foi realizada com o técnico responsável pela fiscalização dos trabalhos das associações comunitárias do município de Santana do São Francisco.

Junto ao Banco do Nordeste (BNB), instituição regional de fomento ao desenvolvimento, que possui em suas linhas de atuação um programa voltado para o artesanato (CREDARTESÃO), foi realizada uma entrevista com o agente de desenvolvimento responsável pelo programa no estado.

O artesanato também recebe apoio do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE-SE), através do Programa Sebrae de Artesanato, que atua em vários municípios do estado, inclusive no município de Santana do São Francisco.

Por se tratar de um estudo, cuja análise recai tanto sobre o funcionamento da produção como também sobre as inter-relações entre os atores locais e entre estes e as instituições de apoio externas ao arranjo, foram considerados como universo da pesquisa todos aqueles estabelecimentos que compõem a cadeia produtiva do artesanato ceramista de Santana do São Francisco, as instituições locais de apoio e as instituições de fomento públicas e privadas.

O universo do arranjo produtivo de cerâmica de Santana do São Francisco é constituído por 100 oficinas de cerâmica em produção, considerando para fins desse estudo os proprietários dessas oficinas, sendo entrevistados 50% desse universo.

Em relação às instituições de apoio ou de governança local, existe no arranjo a associação de ceramistas artesãos e a cooperativa que está em fase de reativação, ambas representadas por seus presidentes.

Além dos atores locais que compõem o arranjo, há ainda os representantes das instituições de fomento que têm relação direta com a atividade, a saber:

- O Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado (PROARTE);
- O Programa SEBRAE de Artesanato.
- O Programa Nordeste/Sergipe (PRONESE), responsável pelo município em questão;
- O Banco do Nordeste, instituição de fomento ao desenvolvimento que tem entre os seus programas o CREDARTESÃO.

Os dados obtidos nas entrevistas foram tabulados pelo pacote estatístico, denominado Statistical Package for Social Sciences (SPSS). As respostas fechadas das entrevistas foram inseridas diretamente no programa e as respostas abertas foram anteriormente agrupadas por categorias de semelhança, para, em seguida, serem inseridas.

5. CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO DE ARTESANATO DE CERÂMICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

5.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Nessa parte são abordados a origem e o desenvolvimento do arranjo produtivo de artesanato de Santana do São Francisco; identificando os principais atores, seu perfil, a infra-estrutura de suas moradias, os níveis de renda auferidos, bem como a trajetória de vida dos artesãos na atividade.

O município de Santana do São Francisco localiza-se na região do Baixo São Francisco sergipano, na sub-bacia Betume-Aterro. Distante 125 km da capital Aracaju e possui uma área de 46,85 km². O município, que pertencia a Neópolis, foi criado em janeiro de 1993 e tem como principal atividade econômica o artesanato de barro, divulgado e conhecido em todo o Nordeste e nas feiras nacionais, sendo uma das atividades artesanais mais representativas de Sergipe.

A atividade de cerâmica artesanal de Santana de São Francisco caracteriza-se pela força da matriz familiar na produção e pelo envolvimento da população, cujo conhecimento do processo vem sendo enraizado na comunidade ao longo de várias gerações, caracterizando a cultura da cidade. Além de a cerâmica ser a atividade mais tradicional no município, é também a principal fonte de renda da população. A produção é mantida pela quase totalidade dos moradores da cidade, envolvendo toda a família na cadeia da extração do barro, produção no torno e de esculturas e no acabamento com pinturas e adereços (Figura 1). As peças produzidas são vendidas em muitas regiões do País. Alguns dos artesãos produzem obras de valor artístico, mas a maioria da população dedica-se à produção de peças padronizadas e aos serviços gerais da produção.

FIGURA 1

Matriz familiar na produção de cerâmica – Santana do São Francisco



Foto: Sílvia Matos – jan. 2004.

O município possui uma população de 6.135 habitantes (IBGE, 2000), sendo 4.051 na sede e 2.084 habitantes na zona rural. A situação em que vive a mesma é precária e as condições de moradia são em geral ruins. Além disso, faltam serviços

de educação, de saúde e de saneamento. A organização comunitária é incipiente e a prefeitura do município é completamente dependente do governo do estado em suas ações. O artesanato, sua principal atividade econômica, além de desestruturada, encontra-se fragilizada, apresentando pouco dinamismo (VARGAS, 1999).

A fundação de Carrapicho, antigo nome da cidade de Santana do São Francisco, remonta ao início do século XIX. O nome Carrapicho foi colocado em decorrência de existir em abundância a planta rasteira com esse nome que caracterizava o lugar (FREIRE, 2002). Os portugueses Pedro Gomes da Silva e Belarmino Gomes da Silva foram os fundadores da localidade. Eles montaram uma fazenda às margens do Rio São Francisco, onde, além de produzirem arroz e açúcar de torrão, foi implantada também a primeira cerâmica chamada Carrapicho. Foi um português chamado João Igreja, que por volta de 1850 implantou a técnica da confecção da cerâmica no município e que foi sendo passados para os demais moradores.

O nome Santana do São Francisco foi escolhido em plebiscito, sendo a sugestão do nome de Frei Damião e do pároco de Neópolis, município ao qual pertencia, com o objetivo de homenagear a padroeira Senhora Santana e o rio São Francisco. Embora o nome não tenha agradado a todos, visto que o nome Carrapicho já estava arraigado na identidade cultural de seu povo, especialmente em relação à produção da cerâmica, a sugestão foi acatada pelos moradores, que têm um forte sentimento de religiosidade.

Em 1962 foi criada uma cooperativa na localidade, implantada com o apoio do antigo Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (CONDESE) e que foi desativada por problemas de ordem administrativa e financeira. Em 1977, com o apoio da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi implantada a Cooperativa Artesanal de Cerâmica de Carrapicho Ltda., com base em estudos de viabilidade elaborados pelo antigo Centro de Assistência Gerencial (CEAG), hoje Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que sucedeu à anterior associação cooperativista (SERGIPE, 1979).

Os problemas que caracterizavam o funcionamento da cooperativa criada pelo CONDESE não deixaram de existir, visto que os artesãos estavam colocando a produção nas mãos dos intermediários sem passar pela cooperativa, sob a alegação de que ela atrasava o pagamento da produção. Além disso, os produtos comercializados pela cooperativa não tinham um padrão de qualidade e não existia uma diferenciação de preço em relação ao mesmo tipo de peça, fato que levou os cooperados mais qualificados a se desinteressarem, pois os produtos de qualidade inferior não tinham uma boa saída. Outro fato problemático no funcionamento da cooperativa foi o deficiente

controle de estoque, que além de não dispor de pessoas para acompanhar a entrada e saída das peças, também era comum a quebra das mesmas. Portanto, a cooperativa criada foi desativada há cerca de doze anos (SERGIPE, 1979).

5.2 PERFIL DOS ATORES DO ARRANJO PRODUTIVO

Dentre as pessoas que trabalham com a atividade na cadeia local de produção da cerâmica, destacam-se: os preparadores de barro aqueles que trabalham na preparação do barro que é extraído das várzeas do Rio São Francisco, os transportadores, aqueles que levam o barro preparado até as oficinas onde são produzidas as peças, e os artesãos, além de alguns pintores que compram peças para dar acabamento em pintura.

Segundo informações levantadas no trabalho de campo, a cidade possui em torno de 120 artesãos na fabricação de peças. De acordo com os dados do Programa Sergipano de Desenvolvimento do Artesanato (PROARTE), da Secretaria de Estado de Combate à Pobreza, o município possui cerca de 421 pessoas envolvidas em todo o processo, desde a preparação do barro até os acabamentos finais da produção.

A maioria das pessoas que formam a força de trabalho do arranjo nasceu no município de Santana do São Francisco. Predomina a faixa etária de 30 a 60 anos de idade, na maioria, casados. O nível de escolaridade entre todos que compõem o arranjo (donos de oficina, empregados, membros da família) é baixo, predominando o nível fundamental incompleto entre todos eles. A Tabela 1 resume esta situação.

TABELA 1

Arranjo produtivo de cerâmica artesanal de Santana do São Francisco – Nível de escolaridade em 2003

Condição	Força de trabalho %	Membros da família %	Empregados permanentes %
Nível de escolaridade			
Não alfabetizado	9,0	-	-
Fundamental incompleto	73,0	41,0	43,0
Fundamental completo	3,5	7,0	0,0
Médio incompleto	3,5	20,0	7,0
Médio completo	9,0	23,5	14,0
Superior completo/incompleto	2,0	2,5	0,0
Escolaridade não relatada	-	5,5	35,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Elaboração: Sílvia Matos.

Os artesãos do município de Santana de São Francisco auferem uma renda mensal de um salário mínimo a menos, no período de menor produção, que ocorre princi-

palmente nos meses da estação do inverno e no mês de fevereiro. No período de maior produção, em torno de três a quatro meses durante um ano, o nível de renda para a maioria dos artesãos fica em torno de dois salários mínimos. É importante destacar que esses artesãos possuem, na sua maioria, pequenas oficinas de cerâmica, de estrutura precária e funcionando geralmente nos fundos das próprias residências. O nível de renda para os ceramistas artesãos, que possuem um estilo de peça diferenciada ou uma infra-estrutura produtiva melhor, especialmente em termos de espaço, permitindo organizar a produção de modo mais adequado, situam-se entre três a quatro salários mínimos, ver Tabela 2. As pessoas que trabalham nas demais funções da cadeia produtiva, preparando o barro na várzea do rio, transportando-o até as oficinas e fornecendo lenha, também enfrentam níveis e variação cíclica da renda semelhante à dos artesãos, com todas as funções, sofrendo os mesmos problemas da sazonalidade.

A renda obtida entre os empregados que trabalham nas oficinas de cerâmica varia em torno de R\$ 80,00 mensais a um salário mínimo, a depender da qualificação na execução do trabalho e da função desempenhada. Em relação à renda familiar, apenas 33 dos 56 entrevistados informaram o valor dos rendimentos obtidos pela família. O grupo mais representativo, 48,5% dos 33 que responderam, informou que a renda familiar mensal é em torno de dois salários. Muitos desenvolvem outras atividades além do artesanato, ou ainda em alguns casos, têm membros da família desempenhando alguma outra função que não seja o trabalho na cerâmica, o que proporciona aumento da renda familiar.

Os baixos rendimentos auferidos pela maioria dos artesãos, somados à sazonalidade da produção e das vendas, sinalizam um dos fatores que comprometem a sustentabilidade socioeconômica da atividade, necessitando de uma ação interna de mobilização por parte dos artesãos, associada às ações de políticas públicas e institucionais devidamente elaboradas, visando a uma melhoria efetiva dessa situação.

TABELA 2

Arranjo produtivo de cerâmica artesanal de Santana do São Francisco – renda em 2003

	até 1 sm %	até 2 sm %	até 3 sm %	até 4 sm %	acima de 5 sm %	Freqüência	Total %
Nível de renda no período de menor venda	76,5	15	8,5	-	-	47	100
Nível de renda no período de maior venda	23,0	44	21,0	8,0	4,0	48	100
Nível de renda familiar	15,0	48,5	12	24,0	-	33	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Elaboração: Sílvia Matos.

5.3 ORGANIZAÇÃO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS DE APOIO À ATIVIDADE

Nesta parte, são abordadas as ações das instituições locais de coordenação do arranjo, bem como das instituições de promoção e fomento. São abordadas também as atuações do poder público local e estadual no desenvolvimento da atividade.

INSTITUIÇÕES DE COORDENAÇÃO LOCAL

Os arranjos produtivos locais possuem uma forma específica de governança ou planejamento organizativo, que articula e representa os interesses de determinada produção num contexto econômico social e cultural próprio.

São as condições locais reunidas que criam um clima social, cultural e político específico, permitindo importantes sinergias entre os parceiros sociais de determinada localidade produtiva. É essa disposição para a cooperação, partilhando informações sobre produtos e processos que ajudam as firmas ou unidades nos arranjos produtivos a melhorar sua eficiência por meio da elevação da qualidade do que é produzido. A provisão coletiva de serviços e informações põe ao alcance das pequenas empresas algo que não poderia ter a esperança de conseguir executar individualmente, como unidades isoladas (BAGNASCO, 1999; SENGENBERGER; PIKE, 1999).

De acordo com Gurisatti (1999), em um sistema cuja base é o território, o papel político exercido pelas lideranças vem do fato de que a produtividade passa a depender fortemente da força cooperativa entre os agentes, ou seja, da integração de cada indivíduo ao grupo. Nesse sentido, o empresário público é antes de tudo um membro do grupo que representa os interesses da comunidade junto ao mundo exterior (fornecedores, clientes, instituições de fomento, poder público) de maneira a expressar as demandas do território. Dessa forma, organizar a produção e governar os territórios constituem as duas faces de uma mesma dinâmica.

O arranjo produtivo local de cerâmica do município de Santana do São Francisco é composto por duas instituições de coordenação ou governança local: a Associação de Artesãos Ceramistas e a Cooperativa Santanense Ltda., que está em fase de reativação.

Segundo informações de seu presidente, participam da associação de artesãos cerca de 60 associados, que representa cerca da metade dos artesãos existentes no arranjo. De forma em geral, as reuniões são realizadas com uma frequência mensal. Os problemas mais relatados pelos artesãos nessas reuniões, de acordo com as infor-

mações fornecidas pelo presidente, são referentes à dificuldade de obtenção de crédito para desenvolver melhor sua produção.

Nas entrevistas realizadas com os artesãos, quando perguntados se participam da associação de artesãos, a maioria (62%) informou “não” participar da associação de ceramistas, apontando como principais razões: o fato de “não ver benefício ou vantagem alguma”; outros ainda deram resposta semelhante ao afirmarem que “estão desacreditados”. Foi informado também que não participam por “estar sempre ligada a algum grupo político”, outros ainda disseram que “os que estão à frente não agem corretamente”. Ver ilustração da Tabela 3. Entre os que participam da associação, 38% dos entrevistados, a maioria informou que não obtém nenhum benefício nessa associação. Já os poucos que apontaram algum benefício, foi mencionada apenas a construção do posto de saúde, que aconteceu por meio da associação para a comunidade, com recursos do Projeto Nordeste Sergipe (PRONESE), ação que inclusive não está vinculada à atividade e que deveria ser obrigatoriamente provida pelo poder público. Também foi colocado que pelo fato de participar da associação obtém mais apoio de órgãos e instituições como o SEBRAE e do Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT).

TABELA 3

Arranjo produtivo de cerâmica artesanal de Santana do São Francisco
– razões da não-participação na associação em 2003

	Freqüência	Valor Percentual %
Não vê benefício/vantagem alguma	6	31,5
Os que estão à frente não agem corretamente	2	10,5
Está sempre ligada a grupo político	3	16,0
Não tem interesse	1	5,5
Está desacreditado	7	36,5
Total	19	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Elaboração: Sílvia Matos.

Pode-se observar que a Associação de Artesãos Ceramistas de Santana do São Francisco é uma instituição fragilizada, limitada pela interferência da política local e pela desunião e o descrédito entre os artesãos, fato que é bastante característico no arranjo.

Em relação à participação dos artesãos na reativação da cooperativa, criada em 1962 pelo antigo CONDESE, e em 1977 pela EMSETUR e que estava desativada há

cerca de 12 anos, está ainda muito incipiente em virtude dos problemas de gestão que ocorreram anteriormente, gerando descrédito entre os artesãos. Em função disso poucos têm se engajado nesse processo.

Entre os objetivos que levaram os artesãos a se articularem visando a sua reativação está a necessidade de controlar e padronizar os preços praticados no arranjo, caracterizados por uma imensa variedade de preços nos mesmos tipos de peças. Segundo seu presidente, com funcionamento da cooperativa, a atividade terá maior poder para comercializar melhor seu produto com um preço mais justo, valorizando a cerâmica de Carrapicho, como é mais conhecida. Além desses objetivos, almejam também um novo prédio para a sede da cooperativa, e a construção de uma vila para a produção de peças pelos ceramistas que possuem oficinas que não oferecem condições adequadas de funcionamento, além disso, pretendem também fazer a divulgação necessária ao artesanato de cerâmica produzido na cidade.

Embora haja muito receio e descrédito por parte dos artesãos, do APL de Santana do São Francisco, mais da metade dos entrevistados (53%) demonstraram interesse em trabalhar em parceria, enquanto os outros 47% dos entrevistados não demonstraram interesse algum. Para os que demonstraram algum interesse, colocou-se como tipo de parceria que poderia ser realizada a comercialização em conjunto e a divulgação principalmente, além de compra conjunta de matéria-prima, desenvolvimento de novos produtos, treinamento e consultoria.

A reativação da cooperativa com seu correto funcionamento aponta como um dos caminhos mais adequados para o desenvolvimento do arranjo produtivo de cerâmica de Santana do São Francisco.

INSTITUIÇÕES DE FOMENTO

O arranjo produtivo de artesanato de cerâmica de Santana do São Francisco é apoiado diretamente por duas instituições de promoção e fomento: a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza, através do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Sergipano (PROARTE), que gerencia o artesanato no estado e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), que apóia os pequenos empreendimentos e as atividades artesanais, ambos estão atuando no projeto para a reativação da cooperativa, implementado desde março de 2003.

O programa de desenvolvimento do artesanato atua na localidade através de visitas *in loco* e reuniões com os artesãos cooperados, que estão envolvidos no processo de reativação da cooperativa. O interesse da instituição reside no fato, segundo informações da

coordenadora do programa do artesanato de Santana do São Francisco, de ter mercado e estar paralisado. Esse programa também é responsável pelo cadastramento de todos artesãos do estado, inclusive os que fazem parte do referido arranjo produtivo de cerâmica.

As principais dificuldades apontadas pela coordenadora do programa, para a efetivação dos resultados, estão relacionadas à política local que é muito forte e influencia a atividade, a concorrência entre eles e o descrédito por parte dos artesãos em melhorias, dificultando uma integração e o alcance dos objetivos. Também foi relatado que a falta de visão competitiva de mercado é um problema que impede que a atividade obtenha mais êxito.

O SEBRAE tem atuado na parte de palestras e cursos voltados para a área de empreendedorismo e na realização de visitas ao local, através do Programa SEBRAE de Artesanato. Também tem atuado no município através do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), no funcionamento do Centro de Comercialização Artesanal. Pretende atuar também na atividade através da Rede Sergipe Design, que está em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI) e Universidade Tiradentes (UNIT), cujo projeto visa mudanças na parte do processo, *design* do produto e logística.

Na parte de processo, segundo informações obtidas nas entrevistas, pretende-se ensinar novas técnicas de queima das peças utilizando forno elétrico como equipamento. Na parte de *design* do produto, a proposta em elaboração pretende fazer um resgate do artesanato de cerâmica no município, com o intuito de criar e inovar modelos na produção, cuja característica considere a cultura do lugar, para que não haja predominância de uma produção sobre a outra, que muitas vezes reproduz tipos de peças características de outros lugares. Com relação à parte de logística, foi informado que se pretende estruturar as formas de comercialização e distribuição, de modo que o artesão não tenha que se deslocar do arranjo para fazer entrega das peças, ficando outras pessoas responsáveis por essa função.

O Projeto Nordeste Sergipe (PRONESE), que atua com recursos do BIRD, em atividades de assistência, e produtivas através das associações comunitárias, atuou junto à Associação de Artesãos Ceramistas de Santana do São Francisco na construção de um posto de saúde, já mencionado, e na aquisição de equipamentos para processar o barro (marombas), mas que por irregularidades nas notas fiscais, segundo informações obtidas no arranjo, essas máquinas ainda não estão à disposição dos artesãos.

Desde 2004 até os dias atuais a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) tem realizado semestralmente feiras de artesanato dos municí-

pios do Baixo São Francisco sergipano e a cerâmica produzida no município de Santana do São Francisco, que faz parte da região, também recebe apoio da referida instituição.

Percebe-se, diante do exposto, que as ações das instituições de promoção à atividade ocorrem de forma pontuada sem a integração necessária para o adequado funcionamento do arranjo produtivo.

RECEBIMENTO DE FINANCIAMENTOS

No arranjo produtivo de cerâmica de Santana do São Francisco, a maioria dos artesãos entrevistados, (69%), “não” recebeu nenhum tipo de financiamento, para os 31% que afirmaram “sim”, este foi oriundo da antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), há cerca de 20 anos, e que, segundo as informações levantadas, só ocorreu uma única vez. Entre os principais motivos apresentados pelos artesãos, quanto ao não recebimento de financiamentos, a maioria apontou o fato de que “não teve oportunidade”; outros colocaram que “são difíceis de conseguir”, outros ainda disseram que “têm receio/medo dos juros” e ainda alguns afirmaram “não ter procurado”. Percebe-se que a falta de visão de negócio do artesão e a ausência de uma coordenação local articulada dificultam uma ação planejada para obtenção de linhas de financiamento.

Para aqueles que receberam algum tipo de financiamento, apontaram como melhoramentos obtidos a aquisição de mais matérias-primas, ampliaram instalações e melhoraram o mobiliário e os equipamentos. Já os que receberam e não obtiveram resultados favoráveis com o financiamento, apontaram como fatores o prazo de carência curto, a quantidade recebida e o fato de não conseguir vender a mercadoria produzida, devido à não-existência de uma política de financiamento integrada que considere a situação específica do arranjo.

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

Dentre os entrevistados, 38,5% participaram de algum tipo de curso, especialmente na área de “gestão e negócio”, sendo a maioria realizada pelo SEBRAE, embora o BNB, segundo informações dos entrevistados, também já tenha realizado algum tipo de curso nessa área. Ainda na de negócio, um entrevistado afirmou ter feito um curso de “cooperativismo”. Na área da estética do produto, foram realizados cursos em *design*, de modelagem e de pintura e esmaltação, realizados pelo SEBRAE e pela antiga SEAST (Secretaria de Ação Social e do Trabalho).

Para os que não fizeram algum tipo de curso, colocaram como motivo o fato de não ter “interesse” (56,5%) ou “não achar necessário” (12,5%). Outros ainda

colocaram que “não têm tempo” e ainda 19% informaram que “não foram convidados ou não tiveram oportunidade”. Além disso, foi colocado também que “não houve curso de interesse dos respondentes”.

Em relação à percepção de melhorias após a realização dos cursos, entre os entrevistados, foi colocado que melhoraram a “visão de negócio” e “aprenderam melhor a contabilizar custos e margem de lucro”. Para os que fizeram cursos na parte de estética do produto, foi apontada como melhoria pelos artesãos, a introdução de novos modelos na produção da cidade.

Muitos deles demonstraram interesse em fazer cursos especialmente na área de “comercialização e *marketing*”, isso se deve ao fato de a comercialização do arranjo estar em crise. Ainda na área de negócios, (os artesãos) demonstraram interesse nos cursos de gestão, qualidade, orientação de crédito e treinamento de mão-de-obra, além de contabilidade e informática. Na parte de estética, os cursos que despertam mais o interesse dos artesãos são os de pintura; isso ocorre em virtude de sentirem a necessidade de mudar o estilo da pintura predominante na cidade. Também foi apontado o curso na parte de *design* e escultura de figuras humanas; esse último caso foi citado somente por um artesão.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ATIVIDADE

Autores como Porter (1999) e Cocco (1999) afirmam que é dever do Estado promover o desenvolvimento das localidades, e um dos meios para se atingir tal fim é através do fortalecimento de setores produtivos. As políticas voltadas para as pequenas e médias empresas devem ser pensadas não só como alternativas que visem exclusivamente à superação das dificuldades econômicas e sociais, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento local.

Diversos estudos (BARQUERO, 2001; SENGENBERGER; PIKE, 1999) apontam que a essência de uma política econômica local está associada a uma abordagem de baixo para cima do desenvolvimento, na qual são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Cabendo ao poder público a provisão de uma infra-estrutura adequada de serviços necessários à atividade (transporte, estradas, comunicação, serviços de educação básica e profissionalizante). Também deve atuar na coordenação social das atividades, reunindo os diferentes grupos que fazem parte da comunidade para debater os problemas da região e elaborar programas de ação, mantendo um grau de harmonia com as diversas representações locais.

Segundo opinião de 91% dos artesãos entrevistados, não há nenhum apoio por parte do poder público local à atividade no município. Apenas 9% disseram receber algum apoio, a exemplo de divulgação, com a aquisição de dois outdoors expostos nas proximidades da cidade. Foi apontado o fato de que a prefeitura dispôs veículo, à disposição dos artesãos, para transportar peças, por ocasião de alguma exposição. Além disso, foi colocado por um artesão que houve a contratação pela prefeitura de um técnico em cooperativismo.

Em relação ao poder público estadual, a opinião não é muito diferente, visto que 72,5% dos entrevistados afirmam não receber nenhum apoio do governo do estado, enquanto apenas 27,5% disseram receber algum tipo de apoio na atividade. Dentre os benefícios mais apontados, estão: apoio para reativação da cooperativa, carteira de artesão, alguns cursos, foi citado também por alguns dos entrevistados empréstimo obtido através da antiga Secretaria de Ação Social e do Trabalho.

6. PERSPECTIVAS E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARRANJO PRODUTIVO DE CERÂMICA ARTESANAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

A trajetória de desenvolvimento do arranjo produtivo de cerâmica artesanal de Santana do São Francisco aponta para a dificuldade de integração entre seus membros. Fato que acontece em função de problemas que ocorreram em gestões passadas nas instituições de organização local do arranjo – a cooperativa e a associação, provocando a desunião e um sentimento de descrédito entre os artesãos. Esses fatos têm levado ao enfraquecimento da atividade como um todo, refletido na concorrência desleal entre eles, na dificuldade em se buscarem inovações para melhoria do processo produtivo e da comercialização, bem como na ausência de uma organização local coesa e fortalecida que busque exigir do poder público local e estadual as medidas necessárias ao bom desempenho da atividade.

Em virtude dessa ausência de integração, qualquer ação que se queira implementar visando à melhoria da organização do arranjo, encontra dificuldades na sua efetividade, a exemplo da cooperativa que está tentando se reerguer e das feiras e exposições realizadas, onde não existe a participação expressiva dos artesãos.

A perspectiva que se tem do artesanato de cerâmica de Santana do São Francisco é que a atividade tem potencial para competir, dar relevância econômica e cultural ao lugar e acima de tudo proporcionar melhores rendimentos para aqueles que dela tira seu sustento. Considerando as dificuldades que afetam o arranjo, é necessário que as soluções contemplem dois aspectos: a organização interna, através da união e ampliação das formas de cooperação entre os artesãos, visando a um objetivo comum, e a criação de uma política específica e integrada de desenvolvimento entre as diversas instituições de fomento e o poder público, de modo que haja um projeto específico para o arranjo de cerâmica com uma coordenação central, que acompanhe e controle todas as ações das instituições articuladas em prol de um único objetivo: fortalecer o funcionamento da atividade produtiva de cerâmica do município. As ações a serem implementadas no arranjo devem considerar, sobretudo:

- A abertura de novos canais de comercialização através da divulgação na mídia, catálogos, participação contínua dos diversos produtores do arranjo em feiras especializadas, através de programas específicos de apoio.
- Simplificar os mecanismos de financiamento através da formação de vários grupos de artesãos para uma aquisição de crédito planejado.
- Ampliar os mecanismos de acesso a programas de capacitação em *design* e gestão, com ênfase na formação de peças, de modo que atenda a todos os artesãos que fazem parte do arranjo.
- Provisão de recursos visando a promover melhorias na infra-estrutura física do arranjo, a exemplo da construção de uma vila de ceramistas, já proposta pelos artesãos, para aqueles produtores que possuem suas oficinas em condições precárias de funcionamento. Provisão também de recursos para a construção de uma nova sede para a cooperativa.
- Provisão de recursos para aquisição de uma área própria de barro para que os artesãos possam ter o controle da principal matéria-prima da produção.
- Realização de um estudo de viabilidade econômica, com o objetivo de apontar a alternativa mais adequada no fornecimento da fonte de energia utilizada na produção de cerâmica, de modo a considerar o valor dos custos na produção e o impacto no ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Externalidade ambiental e sociedade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*. n. 14, p. 35-70, Fortaleza, dez. 1996.

_____. Micro, pequenas e médias empresas: é negócio ser pequeno, mas em grupo. In: *Desenvolvimento em Debate*. Brasília: BNDES, 2002.

AMARAL FILHO, Jair do. et al. *Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará*. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO NORDESTE. Fortaleza-CE, 2002.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, André et al. (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRANCO, Samuel Murgel. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1989.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 5 (especial), Rio de Janeiro, p. 103-136, 2001.

_____. Aglomerações, cadeias e sistemas produtivos e de inovações. *Revista Brasileira de Competitividade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, abr./jun. 2001.

_____. *Políticas para a promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens restrições e equívocos usuais*. Disponível em < www.ie.ufrj.br/redesist > IE/UFRJ: Redesist, 2003.

COCCO, Giuseppe et al. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, André et al. (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FERREIRA, Leila e Lúcia da Costa. *Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas básicas*. Brasília: IBGE, 2000.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Geração de emprego e renda. In: SILVA Nilton P.; HANSEN, Dee Lean (Orgs.). *Fórum pensar Sergipe*. Aracaju: Ed. UFS, 1999.

MOLINA, Sérgio E. *Turismo e ecologia*. Tradução, Josely Viana Baptista. Bauru, SP: EDUCS, 2001.

PORTER, Michel. Clusters e competitividade. *Revista Menagement*. Ed. Savana, jul., 1999.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SENGENBERGER, Werner; PIKE, Frank. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: URANI, André et al. (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SERGIPE. Secretaria da Indústria e Comércio. *Desenvolvimento do artesanato sergipano*. Aracaju: SIC, 1979.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

VARGAS, Maria Augusta. *Desenvolvimento regional em questão: o baixo São Francisco revisitado*. São Cristóvão, SE: UFS/NPGEO, 1999.